

## RESENHA

### O ENSINO PROFISSIONAL NA IRRADIAÇÃO DO INDUSTRIALISMO

### PROFESSIONAL EDUCATION IN DEVELOPMENT OF INDUSTRIALIZATION

Keyla de Souza Lima Cruz<sup>1</sup>

O livro *O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo*, da autoria de Luis Antônio Cunha, foi publicado em 1999, contando com o apoio da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), sede Brasil. Essa obra faz parte da Coleção *Política Pública de Trabalho e Renda* (PPTR) e pode ser considerada uma obra de referência no que diz respeito ao panorama do ensino profissional na virada do século XX, analisando, sob uma perspectiva histórica, a construção do aparato educacional no contexto do industrialismo pelo Estado, bem como a consolidação da dualidade entre a educação propedêutica e a educação profissional, advinda desse processo. Discorre, ainda, a respeito de mudanças preconizadas pela Secretaria Nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), ligada ao Ministério do Trabalho (MTE), que veio intensificar uma formação profissional de modo a responder às demandas do desenvolvimento econômico do país, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Sendo assim, *O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo* trata do ensino profissional industrial, no contexto de consolidação da industrialização no país, tendo o Estado Novo como elemento impulsionador do desenvolvimento econômico. Para tanto, o autor parte da idéia de que o ensino profissional industrial foi delineado pelo corporativismo, entendido como expressão da articulação dos interesses públicos e privados.

A instauração desse corporativismo favoreceu a expressividade de alguns atores no cenário político: os empresários e os operários. Cunha afirma, contudo, que a interlocução desses atores com o Estado se deu de maneira desigual. O empresariado industrial utilizou tanto a estrutura corporativa quanto as associações civis situadas fora do âmbito oficial, além de manter antigas federações e criar confederações, o que era negado aos trabalhadores. Em oposição a essa situação, o operariado tinha sua inserção sindical corporativa desmantelada e subordinada ao Ministério do Trabalho.

Dessa forma, o Estado passa a ocupar papel importante não somente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, mas também na tomada de decisões políticas, visando a conciliar os conflitos entre o operariado e os empresários, favorecendo os interesses destes em detrimento daqueles.

O resultado desse processo é uma interpenetração entre as esferas pública e privada. O Estado assume papel protagonista privado da economia, sendo capaz tanto de neutralizar a manifestação do empresariado, quanto de assumir e proteger os seus interesses, ou, quando necessário, assumir responsabilidades no âmbito privado.

Outro aspecto a destacar diz respeito à relação do contexto histórico-econômico com a formação da força de trabalho, em que o Estado Novo financiaria um aparato educacional, visando a preparar mão de obra para atender as demandas do emergente processo de industrialização.

Cunha, entretanto, destaca que a valorização do trabalho do “elemento nacional” foi precedida pela utilização de trabalhadores estrangeiros, tendo em vista a complexificação da maquinaria, das manufaturas e das primeiras indústrias no Brasil. Essa experiência acarreta o desencadeamento de duas situações: o operariado estrangeiro não forma seus substitutos locais, monopolizando o conhecimento no manuseio das máquinas, e ainda traz ideias mais revolucionárias, pautadas nas paralisações do trabalho durante as reivindicações por melhores condições de trabalho.

Diante desses acontecimentos, ocorre uma redefinição da destinação do ensino profissional: deixaria de atender aos miseráveis para voltar-se à qualificação do trabalhador, direcionado para o atendimento aos requisitos do Taylorismo.

Cunha destaca que a valorização do ensino profissional não implicou a eliminação da divisão social e técnica do trabalho no interior do aparato educacional, continuando a existir escolas destinadas à formação das elites e outras à formação dos trabalhadores manuais. Ocorreu, ao contrário, um reforço da dualidade escolar, em que o ensino secundário era destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio, às classes menos favorecidas; contudo pobreza não era condição suficiente para o ingresso num curso profissional.

Para Cunha, o sistema corporativista, montado pelo Estado Novo, não se alterou com a deposição de Vargas, em 1945, tampouco com as eleições parlamentares e a promulgação da nova constituição de 1946. Ao contrário, verificou-se uma flexibilização por parte do sistema corporativista, abrindo-se novos canais de

representação de interesses, além da permanência do protagonismo estatal na promoção do desenvolvimento econômico.

O contexto de novas coalizões corporativistas e o encapsulamento sindical não prejudicou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); ao contrário, nos dez anos de regime militar, o SENAI atingiu o seu ápice de desenvolvimento enquanto instituição educacional de aprendizagem sistemática.

O ensino profissional que se delineou no país, no contexto do processo de industrialização, teve forte influência norte-americana no campo do ensino profissional, por meio de convênios que previam a instalação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), enquanto órgão executivo do programa de cooperação, atuando na promoção de reuniões de diretores das escolas industriais e escolas técnicas, especialmente da rede federal, assim como de cursos de aperfeiçoamento para professores. Quanto à pedagogia do ensino profissional, houve a introdução do método *Training Within Industry* (TWI), tendo o SENAI como principal vetor. O TWI teve aplicação generalizada no Brasil, por meio do programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (Pipmo).

O Pipmo foi criado pelo governo Goulart, visando ao treinamento acelerado, de modo a suprir a força de trabalho, bem como ao treinamento de pessoal docente, técnico e administrativo para o ensino industrial. Esse programa foi desenvolvido com a participação de escolas industriais e técnicas, de associações estudantis, de empresas industriais e de entidades de empregados. Entretanto, apesar desse programa ser executado pelo SENAI e pelas escolas técnicas da rede federal, ele estava voltado para o mero adiestramento imediato dos trabalhadores.

Em 1975, o Pipmo passou a preparar mão de obra para projetos governamentais de grande porte. Mediante a Lei nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, regulamentada pelo decreto nº 77.463, de 20 de abril de 1976, houve a concessão de incentivos fiscais para projetos de formação profissional, desenvolvidos pelas próprias empresas. Os setores econômicos que mais se beneficiaram com os incentivos foram o bancário e o financeiro. Contudo, tais incentivos foram suspensos pela medida provisória 161/90, do presidente Fernando Collor de Mello, tendo em vista as denúncias de desvios de recursos do dinheiro público, que ao invés de ser destinado às atividades de formação profissional, passou a ser direcionado para o capital de giro das empresas.

Quando se trata dos processos que se desenvolveram nos anos de 1970 e 1980, no campo do ensino profissional, Cunha destaca as ameaças externas ao SENAI e suas estratégias de enfrentamento, assim como as críticas às escolas técnicas da rede federal e à política educacional de recomposição da dualidade estrutural da educação brasileira. Foca, ainda, a emergência de um novo protagonista no campo profissional - a Secretaria Nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), do Ministério do Trabalho (MTE), que veio intensificar os processos que vinham se desenvolvendo desde as duas décadas anteriores.

Sendo assim, há uma complexificação da sociedade brasileira, advinda da intensificação do processo de crescimento industrial, propiciando uma teia de organizações sociais que vai moldando o comportamento e o encapsulamento da estrutura corporativa do Estado. Esse cenário não irá erodir o corporativismo, ao contrário, vai permitir criar novas formas de preservação dos interesses de grupos específicos: funcionários públicos, setores da burocracia federal, estadual ou municipal e grupos privados.

Diante dessas mudanças, o SENAI – fruto da intervenção do Estado na economia, seguindo os padrões do patrimonialismo e do corporativismo – vai modificando o formato e a natureza dos cursos de formação profissional. Enquanto nos anos 40 o enfoque era a aprendizagem industrial, nos anos 50 passou a ser o treinamento para a grande indústria e, nos anos 90, a educação ofertada visava à qualificação profissional, sob os moldes da polivalência e da flexibilidade às demandas do mercado de trabalho.

Diante da urbanização e da industrialização dos anos de 1960 a 1980, no entanto, verifica-se uma reformulação de demandas de antigos e novos protagonistas que iriam ameaçar a hegemonia do SENAI. Dentre as principais ameaças, destacam-se: 1) as interpretações conflitantes quanto à sua natureza (público ou privado); 2) o processo de terceirização (aumento do setor de serviços) e de informalização, afetando a receita das instituições que contribuía para a manutenção do SENAI; 3) defesa da gestão tripartite do SENAI pelos trabalhadores.

Diante desse cenário, o SENAI elabora o projeto “Reestruturação dos Modelos de Formação Profissional do SENAI” – cujas necessidades deveriam se pautar nas novas dinâmicas da relação capital-trabalho, buscando a produtividade empresarial no contexto de internacionalização do mercado de produto e de trabalho, bem como

novas formas de trabalho para a instituição, no âmbito da formação profissional: formação do trabalhador polivalente e cidadão.

Em 1996, entra na cena política a Secretaria Nacional de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), permitindo que o Ministério do Trabalho passe a ocupar o primeiro plano da educação profissional, antes atribuído ao SENAI.

Tendo em vista a necessidade de novo enfoque conceitual e metodológico para a educação profissional e a redefinição da institucionalidade hegemônica da educação profissional no Brasil, é criado o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

A SEFOR incentiva as secretarias municipais e estaduais a criarem planos a serem implementados pelo FAT. Além disso, apoia os Centros Públicos de Educação Profissional, enquanto o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) incita a criação dos Centros de Educação Profissional, com orientação privatizante e à custa de empréstimos internacionais.

O Planfor nasce, portanto, na conjuntura de redução da força de trabalho no parque industrial e de incorporação de novas tecnologias e privatizações de empresas; buscando combater a hegemonia das instituições tradicionais e propiciando a ampliação da rede de oferta de educação profissional e a disputa pelo dinheiro público.

No final dos anos 80, reacende o debate acerca da dualidade em torno do ensino médio e da educação profissional no país. Nesse contexto, surge o discurso político e ideológico de reforma da educação profissional: alto custo e inserção no ensino superior ao invés do mercado pelos egressos. Em 1989, o relatório do Banco Mundial embasa ainda mais essas discussões.

No cenário político, surgem opiniões de dois importantes consultores do MEC. O teor das discussões se pauta na dualidade entre educação propedêutica e profissional. Essas opiniões influenciam o delineamento da educação profissional no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), enfocando: 1) o reforço da dualidade entre educação profissional e propedêutica; 2) a flexibilização dos currículos, com foco nas mudanças do mercado de trabalho; 3) a aproximação das escolas com o empresariado; 4) o funcionamento autônomo das escolas técnicas e dos centros de educação profissional.

No governo do presidente FHC, ocorre a reforma da educação profissional, subsidiada pelo Decreto 2.208/97 e pela Portaria Ministerial 646/97, que radicalizaram a

separação entre ensino médio (chamado acadêmico) e ensino profissional (denominado, na LDB, de educação profissional), proibindo-se assim o ensino integrado. Destaca-se que a LDB/96 apresenta perspectivas duais sobre o assunto, bem como defende o ensino médio sob uma concepção profissionalizante, sempre focada no trabalho. Além disso, define níveis para a educação profissional: básico, técnico e tecnológico.

Para a implementação dessa reforma, o governo lançou em 1997 o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), com vigência até 2003, visando à expansão e à melhoria de infraestrutura, à capacitação de técnicos e docentes e à implementação e/ou à readequação dos Centros de Educação Profissional. Esses centros deveriam ofertar ações, com destaque para oferta de cursos de acordo com a demanda; integração com mercados por meio de convênios com as empresas; progressiva autonomia de gestão financeira e de recursos humanos.

*O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo*, portanto, busca compreender a lógica interna às políticas educacionais, explicitadas pelas suas implicações ideológicas e pelas disputas hegemônicas que se desenvolveram no campo educacional.

O reflexo dessa processualidade é o reforço de uma educação profissional pautada numa formação aligeirada, com tendência a responder as demandas das transformações do mundo do trabalho, com enfoque numa qualificação polivalente e flexível, em detrimento de uma formação integral, cuja qualificação deve ser vislumbrada, levando em consideração os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais em que o trabalhador está inserido.

---

<sup>1</sup>Doutoranda; mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação profissional - LABOR; assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Maracanaú; aluna ouvinte da disciplina Educação Profissional, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC).